

## *Novo ato pressionou CO e reitoria. Reunião com os sindicatos deve ocorrer até 21/2*

## **Hora de ampliar a luta em defesa do 13º, dos nossos direitos e da Universidade!**

### *Sintunesp indica: manter e ampliar a greve!*

A manhã de quinta-feira, 14/2, é mais um capítulo na história de luta da comunidade unespiana. Caravanas de 11 *campi* da Unesp ocuparam a frente da reitoria da Universidade, com o apoio de representantes do Fórum das Seis (entidades representativas da USP, Unicamp e Centro Paula Souza) e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

O deputado Carlos Giannazi (PSOL) compareceu ao ato e manifestou apoio aos manifestantes. “O governo do estado tem dinheiro, mas faz a opção política de destiná-lo às grandes empresas, em vez de priorizar os serviços públicos”, denunciou o parlamentar, referindo-se aos vultosos volumes em isenção fiscal que o governo inscreve na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) todos os anos. Para 2019, a previsão é de uma renúncia fiscal da ordem de 16% de tudo o que será arrecadado em ICMS.

Na fala dos vários oradores, foi comum a denúncia da omissão das reitorias frente ao projeto de universidade pública defendido pelo governo Doria e seus antecessores: privatista, elitizada, voltada aos interesses do mercado!

### **Reunião com reitor em meio ao ato**

A força do ato e a mobilização nos *campi* pressionaram a reitoria a abandonar o castelo onde se escondeu nos últimos dias. Após se recusar a reabrir a discussão sobre o 13º salário na reunião de 14/2 do CO, o reitor Sandro Valentini e seu vice, Sérgio Nobre, receberam uma comissão de representantes da Adunesp e do Sintunesp. Valentini e Nobre ouviram que a comunidade não aceita ser tratada com tamanho desrespeito e que exige o pagamento integral do 13º. Frieram, também, que não é admissível que a reitoria barganhe com o governo a autonomia da Universidade, ao apresentar como contrapartida ao adiantamento de recursos com a promessa de avançar nas reformas administrativa e acadêmica. Questionaram, por fim, as razões que impedem a reitoria de quitar em uma única parcela o 13º salário, dando a entender que prefere fazer caixa a pagar seus débitos com cerca de 12.700 famílias.

Ao final da reunião, o reitor concordou em agendar uma reunião entre Comissão de Orçamento, Pró-Reitoria de Planejamento (Propeg) e representantes da Adunesp e do Sintunesp, a realizar-se até 21/2, com a intenção de buscar finan-



ceiramente recursos para que o pagamento do 13º salário, a ser efetuado em fevereiro, seja maior que o percentual aprovado de 50%, tendo como meta garantir condições para o seu pagamento integral e imediato. Outro aspecto levantado diz respeito à necessidade de olhar com maior atenção o processo, inclusive dando tratamento preferencial e emergencial aos menores salários. Se a reunião chegar a uma proposta, ela será encaminhada para a comunidade deliberar se a aceita ou não, para depois ser firmada entre reitoria e sindicatos. Adunesp e Sintunesp também reivindicaram ter amplo acesso ao teor dos “compromissos” que a reitoria está assinando com o governo.



## Sintunesp indica: Manter e ampliar a greve

Nada está definido na Unesp: nem o pagamento do 13º salário, nem a situação da Universidade até o final deste ano, nem as saídas para a crise de financiamento. O não recebimento do 13º salário pelos estatutários, neste cenário, é apenas a ponta do *iceberg* de uma crise mais séria e profunda. Estamos num momento crítico, numa situação limite em que precisamos tomar a defesa das universidades estaduais paulistas em nossas mãos, uma vez que nossos gestores não têm se mostrado capazes de fazê-lo. Só a mobilização da comunidade acadêmica pode reverter esse quadro.

O Sintunesp indica:

- Até que o 13º esteja garantido, vamos manter a greve onde está instalada e aprova-la nos demais campi!
  - Não aceitamos o fechamento de cursos e campi!
- Que o governo arque com o financiamento da educação superior pública!

*Mais detalhes sobre as discussões e deliberações do CO de 14/2, bem como do CADE de 13/2, serão divulgados em breve, em novo boletim. Fique atento.*



## Jogar a culpa nos aposentados é má fé!

Nas várias declarações dadas pela reitoria à imprensa, no afã de explicar a falta de recursos e o não pagamento do 13º salário de 2018, aparece a dificuldade em arcar com o pagamento dos aposentados da Universidade. Nestas declarações, feitas de modo deliberadamente incompleto, falta explicar que os aposentados não têm NENHUMA responsabilidade sobre isso, ao contrário do governo e da própria reitoria.

Quando a SPPrev foi criada, em 2007, por meio da Lei Complementar 1.010/2007, o texto da lei contemplou uma salvaguarda para os órgãos públicos ao estabelecer que a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos beneficiários previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”, inclusive dos aposentados (a chamada insuficiência financeira) é do tesouro estadual. Ou seja, a diferença entre o que o ente público (como é o caso das universidades estaduais paulistas) arrecada com as contribuições do pessoal da ativa e dos aposentados, e o montante necessário para quitar as aposentadorias DEVE ser paga pelo governo estadual (conforme consta na LC 1.010/2007). O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais, usando como desculpa o fato de terem autonomia.

As reitorias da Unesp, USP e Unicamp têm a obrigação de cobrar do governo que cumpra a lei, assim como vêm fazendo ao longo dos anos o Sintunesp, a Adunesp e demais entidades do Fórum das Seis.

*Defesa da aposentadoria*

### 20/2 tem Assembleia Nacional em SP. Sintunesp estará presente!

As centrais sindicais brasileiras estão organizando uma agenda de mobilização contra as propostas de reforma da Previdência. No dia 20 de fevereiro, às 10h, na Praça da Sé, está marcada uma Assembleia Nacional, com previsão de caravanas de todo o país. As entidades do Fórum das Seis, entre elas o Sintunesp, estarão presentes! Se não construirmos uma reação à altura deste ataque que o atual governo federal nos impõe, a aposentadoria deixará de ser um direito para os trabalhadores brasileiros!

